

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0000115-83.2015.8.26.0555**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Daniel Rodrigues Mazarin**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**

VISTOS

DANIEL RODRIGUES MAZARIN (R. G. 38.813.484), com dados qualificativos nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, incisos I, II e IV, do Código Penal, porque no dia 05 de abril de 2015, por volta das 4h50, na Rua Milton Micucci, nº 56, nesta cidade, e mais um outro elemento não identificado, mediante escalada e rompimento de obstáculo, subtraíram para eles três CPUs de computador, marca Sentey e 96 tablets de doces, avaliados em R\$ 1.692,00, pertencentes à vítima Evandro Carlos da Silva.

Foi preso e autuado em flagrante, sendo solto com liberdade provisória e aplicação de medidas cautelares (autos em apenso).

Recebida a denúncia (fls. 55), o réu foi citado (fls. 67) e respondeu a acusação através da Defensoria Pública (fls. 69/71). Durante a instrução foram ouvidas a vítima e duas testemunhas de acusação (fls. 97/99), sendo o réu foi interrogado (fls. 117). Em alegações finais o dr. Promotor de Justiça opinou pela condenação, nos termos da denúncia (fls. 120/126),

0000115-83.2015.8.26.0555 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

enquanto a defesa, preliminarmente, insistiu na suspensão condicional do processo sustentando tratar-se de furto privilegiado e, no mérito, reiterou o reconhecimento da aplicação do § 2º do artigo 155 do Código Penal, com a aplicação apenas de multa ou a substituição da pena restritiva de liberdade pela restritiva de direito (fls. 129/135).

É o relatório.

D E C I D O.

Não tem aplicação ao caso dos autos do instituto da suspensão condicional do processo, por tratar-se de furto qualificado, cuja pena mínima é superior a dois anos, como já decidido a fls. 88. E adianto desde já que também não se trata de furto privilegiado.

No mérito, policiais militares surpreenderam o réu na posse de diversos objetos, tendo o mesmo admitido que eram coisas furtadas e foi indicar a casa aonde tinha cometido o furto. Ali os policiais verificaram que o imóvel estava arrombado, onde encontraram outros objetos que estavam separados.

Nesse sentido é a prova oral colhida no decorrer da instrução (fls. 97/98).

O réu, que na Delegacia de Polícia usou o direito do silêncio (fls. 7), em Juízo confessou a prática do furto, embora admitindo não ter levado todos os objetos que foram mencionados na denúncia, acrescentando que estava na companhia de outra pessoa (fls. 117).

A autoria é certa e sequer foi contestada pela defesa do réu, o que seria até ridículo. Os policiais somente localizaram a casa da vítima por indicação do próprio réu, que foi abordado em local distante do imóvel. Irrelevante o fato de que ao ser abordado não estava levando todos os objetos que foram mencionados, porquanto é certo que tinham outros bens separados e que certamente seriam levados na sequência.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Comprovadas as qualificadoras que foram postas na denúncia. O réu admitiu ter agido em companhia de outra pessoa, fato que também foi mencionado pela testemunha Odair Ap. Camargo (fls. 99). No que respeita as da escalada e do rompimento de obstáculo, o laudo pericial de fls. 37/40 as comprovam.

Na situação mostrada nos autos não há que se falar em furto de pequeno valor. O valor dos bens que o réu estava levando com aqueles que foram deixados preparados para a retirada somam valor bem superior ao de um salário mínimo, que tem servido de base para reconhecimento do crime privilegiado. Além disso, deve se somar os danos causados no imóvel.

O disposto no § 2º do artigo 155 do Código Penal é reservado para casos em que as consequências sejam de pequena monta, o que não é o caso retratado neste processo.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA para impor pena ao réu. Observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60, do Código Penal, e considerando desde logo que o réu é primário e ainda confesso e que houve a recuperação dos bens subtraídos diminuindo o prejuízo, delibero estabelecer desde logo a pena-base no mínimo, ou seja, em dois anos de reclusão e 10 dias-multa. Na segunda fase não existe modificação, a despeito da atenuante da confissão espontânea, porque a pena ficou estabelecida no mínimo, não podendo ir aquém disso (Súmula 231 do STJ). Torno definitiva a pena estabelecida por inexistir outras circunstâncias modificadoras.

Entendendo presentes os requisitos do artigo 44, do Código Penal, substituto a pena restritiva de liberdade por uma restritiva de direito, de prestação de serviços à comunidade, e outra de multa.

Condeno, pois, **DANIEL RODRIGUES MAZARIN**, à pena de **dois (2) anos de reclusão e 10 dias-multa, no valor mínimo, substituída a primeira por uma pena restritiva de direito, de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo tempo, e outra de 10 dias-**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

multa, por ter infringido do artigo 155, § 4º, incisos I, II e IV, do Código Penal.

Em caso de reconversão à pena primitiva, restritiva de liberdade, fica estabelecido o **regime aberto**.

Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária correspondente por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita.

Destruam-se os objetos apreendidos e remetidos a fls. 52.

P. R. I. C.

São Carlos, 25 de abril de 2016.

ANTONIO BENEDITO MORELLO
JUIZ DE DIREITO

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**